

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0001-17 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prazados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

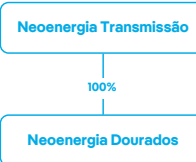
1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (‘‘Companhia’’), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Pte. Ltda.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

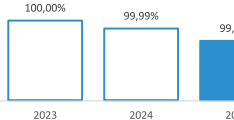


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 - Imbrissu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrissu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Vinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Vinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Dourados 2, com extensão de aproximadamente 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 - Dourados, com extensão de aproximadamente 48,2 km, com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados.

Em 2025, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,97% (99,99% em 2024). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço oferecida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2025, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	5	161.682	118.103
Custos	4	(9.589)	(8.848)
Custos de operação		(9.589)	(8.848)
Lucro bruto	8.1	152.093	109.255
Perdas de crédito esperadas		(232)	174
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		(1.355)	175
Lucro operacional	4	150.508	110.602
Resultado financeiro	5	(37.910)	(37.975)
Receitas financeiras		5.011	6.980
Despesas financeiras		(42.921)	(45.106)
Outros resultados financeiros, líquidos		-	151
Lucro antes dos tributos	6.1.1	112.598	72.627
Tributos sobre o lucro	6.1.1	(34.904)	(25.373)
Corrente		(3.141)	(4.644)
Diferido		(31.763)	(24.909)
Lucro líquido do exercício		77.694	47.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	77.694	47.254
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	77.694	47.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	168.000	16.048	132.600	50.147	366.795	693.590
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.694	77.694
Aprovação de dividendos adicionais (nota 13.2)	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucro (nota 13.2)	-	-	3.885	53.849	(57.734)	(19.960)
Remuneração aos acionistas (nota 13.2)	-	-	-	-	(19.960)	(19.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	168.000	19.933	76.932	103.994	368.861	739.760
Saldos em 31 de dezembro de 2023	168.000	13.685	132.600	59.479	373.764	693.528
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.254	47.254
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucro (nota 13.2)	-	-	2.363	-	(2.363)	-
Remuneração aos acionistas (nota 13.2)	-	-	-	-	(44.891)	(44.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	168.000	16.048	132.600	50.147	366.795	693.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (‘‘Companhia’’), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 - Imbrissu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrissu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Vinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Vinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 - Dourados, com extensão de aproximadamente 48,2 km, com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados 2. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$ 97.678 mil. A IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 01/07/2017. 1.1. **Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Específicos para cada Negócio, estabelecem a rentabilidade dos projetos de acordo com o risco de cada negócio, considerando a exposição da Companhia a riscos básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de Grigos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações aplicáveis e com as práticas de mercado. O gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composto pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os projetos que integram o grupo Neoenergia dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: ‘‘ Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; ‘‘ O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; ‘‘ Instrumentos não controlados com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; ‘‘ Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços de commodities metálicas quanto a rentabilidade dos projetos de hedge que remuneram carteira de aplicações; ‘‘ A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos com fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo das variações de preços de commodities metálicas e de energia elétrica, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além de capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas com destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vincu-

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linha de Transmissão LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	Simplex	230	147	-	21/07/2020	31/07/2047
Linha de Transmissão LT Rio Brilhante - Campo Grande 2	Simplex	230	148	-	01/05/2021	31/07/2047
Linha de Transmissão LT Campo Grande 2 - Imbrissu	Simplex	230	52	300	01/05/2021	31/07/2047
Linha de Transmissão LT Nova Porto Primavera - Vinhema 2	Simplex	230	65	-	27/12/2020	31/07/2047
Linha de Transmissão LT Rio Brilhante Dourados 2	Simplex	230	123	-	03/08/2021	31/07/2047
Linha de Transmissão LT 230 kV Dourados 2 - Dourados	Simplex	230	48	-	22/08/2022	31/07/2047

3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas					
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Dourados 02	230/138kV	300	03/08/2021	11/08/2047	
SE 230kV Campo Grande 2	230kV	N/A	01/05/2021	11/08/2047	
SE 230kV Dourados	230kV	N/A	22/08/2022	11/08/2047	
SE 230kV Imbrissu	230kV	N/A	01/05/2021	11/08/2047	
SE 230kV Vinhema	230kV	N/A	27/12/2020	11/08/2047	
SE 230kV Nova Porto Primavera	230kV	N/A	21/07/2020	11/08/2047	
SE 230kV Rio Brilhante	230kV	N/A	21/07/2020	11/08/2047	

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$ 97.678 mil (R\$ 92.744 mil para o ciclo 2024/2025) corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras					
Linhas de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base de reajuste	Índice de Correção
LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	100%	97.678	2028	Junho	IPCA
LT Rio Brilhante - Campo Grande 2					
LT Campo Grande 2 - Imbrissu					
LT Nova Porto Primavera - Vinhema 2					
LT Rio Brilhante Dourados 2					
LT 230 kV Dourados 2 - Dourados					
SE Dourados 02					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	77.694	47.254
Lucro líquido do exercício	77.694	47.254
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	375	285
Tributos sobre o lucro	34.904	25.373
Resultado financeiro, líquido	37.910	37.975
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	371	(1.621)
Concessão de serviço público (ativo contratual)	(72.633)	(33.833)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(3.080)	(1.694)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(55)	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	4.528	2.863
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(600)	(2.203)
Outros ativos e passivos líquidos	(2.745)	(1.022)
Caixa gerado nas operações	76.755	74.147
Encargos de dívidas pagas	(18.582)	(18.642)
Recebimentos de aplicações financeiras	4.750	4.606
Tributos sobre o lucro pagos	(794)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	62.129	60.111
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2)	(560)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1.406)	(23.324)
Resgate de títulos e valores mobiliários	5.625	32.909
Caixa gerado nas atividades de investimento	2.217	9.025
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(25.635)	(24.193)
Remuneração paga ao acionista	(44.002)	(55.316)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(69.417)	(78.609)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(6.217)	(10.373)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.841	41.214
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.624	30.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações são apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	161.682	118.103	43.579	37%
MARGEM BRUTA	161.682	118.103	43.579	37%
Custo de operação	(9.426)	(8.686)	(740)	9%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.141)	1.296	(2.437)	-188%
= Despesa Operacional	(10.567)	(7.390)	(3.177)	43%
PECLD	(232)	174	(406)	-233%
EBITDA	150.883	110.887	39.996	36%
Depreciação	(375)	(285)	(90)	32%
Resultado Financeiro	(37.910)	(37.975)	65	0%
IR/CS	(34.904)	(25.373)	(9.531)	38%
LUCRO LÍQUIDO	77.694	47.254	30.440	64%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram respectivamente R\$ 161.682mil, +37% vs. 2024 e -R\$ 10.567 mil, 43% vs. 2024, explicadas pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual, assim como aumento da remuneração do ativo contratual.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 150.883 mil, aumento de 36%, em relação ao ano de 2024.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 37.910 mil em 2025 (-0,2% vs. 2024), devido principalmente ao rendimento de aplicação financeira indexado ao CDI. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2025 de R\$ 77.694 mil, aumento de 64% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 511.339 mil (dívida líquida R\$ 475.885 mil), não apresentando aumento em relação a dezembro de 2024, quando a dívida bruta foi de R\$ 515.121 mil (dívida líquida R\$ 473.569 mil). Em dezembro de 2025, a Companhia contava com 94,7% da dívida bruta contabilizada no longo prazo (94,98% em 2024).

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Dourados, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Dourados e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Dourados.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Dourados sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.624	30.841
Contas a receber de clientes e outros	8	12.240	12.611
Títulos e valores mobiliários	6.1.3	9.830	10.711
Tributos sobre o lucro a recuperar		787	1.977

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Recorta financeira		
Renda de aplicações financeiras	4.750	6.932
Tributos sobre receita financeira	(245)	(349)
Atualização de depósitos judiciais	506	388
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	-	9
	5.011	6.980
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(40.435)	(42.650)
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.206)	(2.335)
IOF	(24)	(30)
Outras despesas financeiras	(256)	(91)
	(42.921)	(45.106)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(13)	(0)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	13	161
	-	151
	(37.910)	(37.975)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados contra o balanço alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	112.598	72.627
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(38.283)	(24.693)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre o lucro líquido, o capital próprio	3.417	-
Atualização SELIC indêbitos tributários	4	54
Outras adições (reversões) permanentes	(42)	(734)
Tributos sobre o lucro	(34.904)	(25.373)
Alíquota efetiva	31%	35%
Diferido	(3141)	(3173)
	(31763)	(24.907)

6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	23.650	26.574
Diferenças temporárias:		
Mais na construção e remuneração do ativo de contrato	(220.642)	(190.626)
Outros	4.005	2.827
Saldo final do exercício	(192.987)	(161.225)
Passivo não circulante	(192.987)	161.225

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(161.225)	(136.316)
Efeitos reconhecidos no resultado	(317.63)	(24.907)
Saldo final do exercício	(192.987)	(161.225)
6.1.3. Tributos sobre lucro a recuperar		
	2025	2024
Imposto de Renda - IR	760	2.056
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	33	11
Ativo	793	2.067
Circulante	787	1.977
Não circulante	6	90

6.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: **a) Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas inerentes sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite o determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incorpo pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **6.2. Outros tributos e encargos setoriais a reconhecer**

	2025	2024
Outros tributos indiretos ^(a)	110.764	104.112
Outros	532	186
Outros tributos	111.296	104.298
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	787	529
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9	18
Outros	133	176
Encargos setoriais a reconhecer	929	723
Total outros tributos e encargos setoriais a reconhecer	112.225	105.021
Circulante	1486	1.028
Não circulante	110.739	103.993

^(a) Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e a de remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ato de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória. A Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos da Reforma Tributária e avaliando seu potencial impacto, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	3.252	3.002
Certificado de depósito bancário (CDB)	3.800	-
Fundos de investimento	18.572	27.839
	25.424	30.841

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 e de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações comprometidas	18.341	27.839
CDB	231	-
	18.572	27.839

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, incluindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos investidores para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Perdas de crédito esperadas - PCE		
Receivável	12.790	(550)
Concessionárias	12.790	(12.240)
		12.929
		(318)
		12.611

Circulante 12.240 12.611

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
Perdas de crédito esperadas		
Receivável	11.141	(39)
A vencer	11.141	(39)
Saldos vencidos:		
90 dias	16	(6)
entre 91 e 180 dias	150	(57)
entre 181 e 365 dias	360	(127)
acima de 365 dias	1.122	(312)
	12.790	(550)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício		
Adições	(318)	(491)
Reversões	(232)	(752)
Saldo final do exercício	(550)	(318)

8.2. Política contábil material e julgamentos críticos: **a) Política contábil material:** O contas a receber são ativos mensurados no custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando uma abordagem baseada no custo amortizado. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. A Companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz consideramos percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos do ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, ocorrerá-se a reversão dos ativos para o Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devido à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	116.275	108.360
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(90.449)	(86.218)
Remuneração do ativo contratual	118.333	114.538
Adições e mensuração do ativo contratual	44.665	4.323
Saldo final do exercício	1.188.828	1.116.729
Circulante	93.625	90.500
Não circulante	1.095.203	1.025.779

NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

9.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificadas para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso de rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **9.2. Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contrato a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas (i) o cumprimento da obrigação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) taxa de desconto que reflita o componente de financiamento para o Poder Concedente, (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetivo no momento do recebimento da RAP. A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revista sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Materiais e serviços	5.677	8.757
Total	5.677	8.757

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	22.778	25.326
Agências de fomento	(488.56)	489.795
Empréstimos e financiamentos	511.339	515.121
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(25.624)	(30.841)
Títulos e valores mobiliários	(9.830)	(10.711)
Dívida líquida	475.885	473.569

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real Brasileiro ("R\$"). **a) Saldos dos contratos por moeda**

	2025	2024
Denominados em R\$	513.229	517.255
Indexados a taxas flutuantes	513.229	517.255
Total	513.229	517.255
(-) Custos de transação	(1890)	(2.134)
	511.339	515.121

Passivo circulante 511.339 515.121

Passivo não circulante 484.159 489.274

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ^(a)	Juros ^(b)	Total
2026	27.018	17.946	44.964
2027	28.415	17.695	46.108
2028	29.741	17.257	46.998
2029	31.150	16.572	47.722
2030	32.633	16.103	48.736
Entre 2031 a 2035	186.530	68.884	255.414
Entre 2036 a 2040	228.711	42.922	271.633
2041 em diante	154.044	7.454	161.498
Total	718.650	204.829	923.479

O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do envidenciamento da Companhia é de 10,09 anos (11,45 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	515.121	515.306
Efeito no fluxo caixa:		
Amortização de principal	(25.635)	(24.193)
Pagamento de encargo de dívida	(18.582)	(18.642)
Efeito não caixa:	40.435	42.650
Encargos incorridos	511.339	515.121
Saldo final do exercício	511.339	515.121

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com covenants. O covenant da Companhia é calculado anualmente e obriga a manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida acima ou igual ao limite contratual (1,3). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras. **11.3. Política contábil material:** As dívidas e os juros passivos financeiros são inicialmente registrados pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisão para processos judiciais	26.494	25.172
Provisão para obrigações ambientais	3.674	4.230
Total	30.168	29.402
Passivo não circulante	30.168	29.402

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de exploração. **12.1. Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações civis e trabalhistas na esfera administrativa e judicial, as causas civis estão relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial do exercício		25.172	
Adições e reversões, líquidas	11	(682)	(671)
Atualizações monetárias	2	2.002	2.004
Saldo final do exercício	13	26.481	26.494
Saldo inicial do exercício		27.697	27.697
Adições e reversões, líquidas	-	(3.783)	(3.783)
Atualizações monetárias	-	1.168	1.168
Saldo final do exercício		25.172	25.172

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis ^(a)	2.053	1.732
Processos trabalhistas ^(a)	48	57
Processos fiscais ^(a)	212	22
	2.313	1.811

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) *Processos cíveis* referem-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) *Processos trabalhistas*: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e reequadramento salarial, discussão sobre plano de carga e salários e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. (iii) *Processos fiscais*: Referem-se a ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

Processos cíveis 2.313 1.811

12.2. Política contábil material e julgamentos críticos: **a) Política contábil material:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficiente e confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$168.000, totalmente integralizado, dividido em 168.000.000 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações	
Qtd.	%	R\$
168.000	100%	168.000
Total	168.000	168.000

Neoenergia Transmissão S.A. Acionista

13.2. Remuneração ao acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JSCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

Minima obrigatória	19.960	11.223
	19.960	11.223
Natureza da remuneração		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	10.049	-
Dividendos	9.911	11.223
	19.960	11.223
Remuneração total por ação	19.960	0,07